

Working paper

6th International
Conference of the
BRICS Initiative for
Critical Agrarian
Studies



BRICS Initiative for
Critical Agrarian Studies

BRICS E O COMPLEXO DO AGRONEGÓCIO NO
CERRADO BRASILEIRO: DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
AGRÁRIO AO USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO

WERLEN GONÇALVES RAASCH
MARCIA CAROLINA SILVA

November, 2018

(Paper's title and subtitle)
by (author's name, institution)

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

in collaboration with:

Universidade de Brasilia - UnB
Brasília, Brazil

Website: <http://www.unb.br/>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brazil

Website: www.ufrgs.br/

Universidade Estadual Paulista - UNESP
São Paulo, Brazil

Website: www.unesp.br

College of Humanities and Development
Studies
China Agricultural University, Beijing, China

E-mail: yejz@cau.edu.cn

Website: <http://cohd.cau.edu.cn/>

Institute for Poverty, Land and Agrarian
Studies (PLAAS)

University of the Western Cape
Cape Town, South Africa

E-mail: info@plaas.org.za *Website:*
www.plaas.org.za

International Institute of Social Studies
The Hague, The Netherlands

E-mail: information@iss.nl *Website:*
www.iss.nl

Future Agricultures Consortium
Institute of Development Studies, University
of Sussex, England

E-mail: info@future-agricultures.org

Website: <http://www.future-agricultures.org/>

The Russian Presidential Academy of
National Economy and Public Administration
- RANEPА

Moscow, Russian Federation

E-mail: information@ranepa.ru *Website:*
www.ranepa.ru

Transnational Institute
The Netherlands

E-mail: tni@tni.org *Website:* www.tni.org

Terra de Direitos
Curitiba, Brazil

E-mail:

terradedireitos@terradedireitos.org.br
Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

Abstract

A agropecuária possui enorme relevância para a economia do Brasil no século XXI. A dita agricultura moderna, avançou no Brasil através da implementação do modelo produtivo do agronegócio, que se caracteriza pelo uso de tecnologia avançada, pouca mão-de-obra, produção em grande escala voltada para a exportação e agroindustrialização. Este setor se tornou protagonista no PIB do país nas últimas décadas, sendo um expoente do superávit da balança comercial brasileira. Com esta contextualização substancial, este estudo propõe compreender o circuito produtivo agropecuário no Cerrado brasileiro, com ênfase no complexo de carnes, soja e a cana de açúcar, onde consideramos a relação que os países membros do bloco econômico BRICS possuem para com o aumento substancial da exportação brasileira. E entendendo as empresas multinacionais do setor agropecuário como atenuantes da expansão das fronteiras agrícolas. Nesse contexto, o Brasil se consolidou como o um dos maiores produtores e exportadores de commodities do mundo, de modo que em 2017 dez dos principais produtos exportados, sete eram do agronegócio. A soja em grão liderou esse ranking, destacando-se também o complexo de carnes (bovina, aves e porco), açúcar em bruto, farelo de soja, algodão e o café (BRASIL/CAMEXT STAT). Os países BRICS, estão entre os principais destinos destes produtos, vide o caso do complexo da soja, que destinou 67% das exportações em 2017 para à China (ABIOV, 2017). Entre os anos de 2007 a 2009 a Índia esteve entre os principais destinos do algodão e da cana-de-açúcar brasileira. Nesse mesmo período, a Rússia esteve entre os maiores importadores da carne bovina e suína, bem como da cana-de-açúcar (VEIGA; RODRIGUES, 2010). Esses mercados de destino são países emergentes economicamente, e socialmente em desenvolvimento, sendo pouco exigentes quanto a certificação social e ambiental das cadeias produtivas destes commodities. Nesse sentido, o Cerrado há décadas foi o bioma brasileiro mais degradado com o avanço da agropecuária científica, uma vez que as pastagens para a criação de gado, e as lavouras de soja, algodão e cana-de-açúcar se tornaram os maiores vilões das florestas tropicais do país. Neste ano, tradings como Carggil e Bunge - que em 2015 foram responsáveis por cerca de 30% da soja exportada do Cerrado - foram multadas por desmatamento ilegal na região do MATOPIBA, a nova fronteira agrícola do Brasil (VASCONCELOS; BURLEY, 2018). A consolidação do agronegócio no Cerrado foi possível graças o advento de Redes Técnicas (infraestrutura dos transportes, energia elétrica) e a

instalação de Complexos Agroindústrias. A fixidez de grandes empresas nacionais e internacionais estabeleceu um território corporativo, que (re) estruturou a dinâmica cidade/campo no Cerrado, uma vez que são criados, de forma assíncrona e interrupta, processos socioeconômicos e ambientais.

Keywords: CERRADO; AGRONEGÓCIO; CORPORATIVISMO; TERRITÓRIO; BRICS.

Agriculture has enormous relevance for Brazil's economy in the 21st century. Modern agriculture has advanced in Brazil through the implementation of the agribusiness productive model, which is characterized by the use of advanced technology, few labor, large-scale export-oriented production and agroindustrialization. This sector became the main player in the country's PIB in the last decades, being an exponent of the Brazilian trade balance surplus. With this substantial context, this study proposes to understand the agricultural production chain in the Brazilian Cerrado, with emphasis on the meats, soybean and sugar cane complex, where we consider the relationship that BRICS countries have with the substantial increase in Brazilian exports. And understanding the multinational companies of the agricultural sector as attenuating the expansion of the agricultural frontiers. In this context, Brazil consolidated as one of the largest producers and exporters of commodities in the world, so that in 2017 ten of the main products exported, seven were of agribusiness. Soybeans topped the rankings, including the meat (beef, poultry and pork) complex, raw sugar, soybean meal, cotton and coffee (BRAZIL / CAMEXT STAT). BRICS countries are among the main destinations of these products, see the case of the soybean complex, which allocated 67% of exports in 2017 to China (ABIOV, 2017). Between 2007 and 2009, India was one of the main destinations for Brazilian cotton and sugar cane. In the same period, Russia was among the largest importers of beef and pork, as well as sugarcane (VEIGA; RODRIGUES, 2010). These destination markets are emerging economies economically, and socially developing, and are not

demanding as to the social and environmental certification of the productive chains of these commodities. In this sense, the Cerrado has for decades been the most degraded Brazilian biome with the advancement of scientific agriculture, since cattle pastures, soybean, cotton and sugar cane plantations became the biggest villains of the country's rainforests. This year, tradings such as Carggil and Bunge - which in 2015 accounted for about 30% of soybeans exported from the Cerrado - were fined for illegal deforestation in the region of MATOPIBA, the new agricultural frontier in Brazil (VASCONCELOS; BURLEY, 2018). The consolidation of agribusiness in the Cerrado was made possible by the advent of Technical Networks (transport infrastructure, electric energy) and the installation of Agroindustries Complexes. The fixity of large national and international companies established a corporate territory, which (re) structured the dynamic city / field in the Cerrado, as socioeconomic and environmental processes are created in an asynchronous and interrupted way.

Keywords: CERRADO; AGRIBUSINESS; CORPORATISM; TERRITORY; BRICS.

Acronyms

ADM	Midland
CAI	Complexo Agroindustrial
C/G	Cabeças de gado
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDC	Louis Dreyfus Commodities
Kg/Ha	Kilogramas/hectares

MATOPIBA	Acrônimo dos Estados Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
RPA	Regiões Produtivas Agrícolas
T	Toneladas

I. Introduction

No que tange pensarmos a economia brasileira, a agropecuária, assume um papel de extrema relevância para o país. Neste contexto, após a Segunda Guerra Mundial nota-se uma série de mudanças na base técnica de produção, que promoveram um adensamento técnico-informacional, atuando enquanto elemento propulsor para a modernização agrícola no Brasil.

Ao priorizar o modelo de modernização da agricultura influenciado pelo pacote norte-americano da Revolução Verde, o Estado brasileiro, possuía convicção de que esse projeto iria promover a expansão da produção agrícola e do setor industrial no país. Previa que o campo integrasse e compartilhasse o crescimento industrial no Brasil. Em decorrência desse processo de aprimoramento da técnica, a agricultura passa a ser sistematizada por uma lógica que antes pertencia somente a setores da indústria, sendo esta regida pelo imperativo da competitividade em toda a sua produção. Esse modelo modernizante da agricultura no Brasil, origina-se da década de 1930 tornando-se hegemônico nos anos de 1950, favorecendo o desenvolvimento de uma industrialização capitalista no espaço rural.

Neste contexto, estabeleceu-se relações intersetoriais entre a indústria e agricultura, por meio de um padrão agrário moderno. Com isso, o setor agropecuário passou a ser visto de modo integrado à indústria, tal reestruturação no agrário estabelece a noção de Complexo Agroindustrial, fomentando a substituição da economia natural por atividades integradas a indústria. Ao longo desse processo ocorre a integração de capital industrial, bancário e agrário, sob comando do capital financeiro, o qual passa a subordinar a agropecuária. A destarte, a agricultura moderna, compreendida por meio das intensas inovações tecnológicas e da relação capital x trabalho, tem-se expandido no território brasileiro, com ênfase para o Cerrado. O modelo em questão promove alterações no âmbito econômico, fomentando o aumento da participação do PIB do país.

Nesse sentido, este estudo propõe compreender o circuito produtivo agropecuário no Cerrado brasileiro, com ênfase no complexo de carnes, soja e a cana de açúcar, onde consideramos a relação que os países membros do bloco econômico BRICS possuem para com o aumento substancial da exportação brasileira. E entendendo as empresas multinacionais do setor agropecuário como atenuantes da expansão das fronteiras agrícolas.

Enquanto fio condutor para a elaboração do presente trabalho optamos pela pesquisa de cunho bibliográfico, a qual objetivou a conceituação das seguintes temáticas produção do espaço e uso corporativo do território que são norteadores para o arcabouço teórico do artigo. Posteriormente realizamos o levantamento e

sistematização dos dados obtidos acerca dos circuitos produtivos do agronegócio no Cerrado brasileiro, compreendendo que estes produtos brasileiros intensificam as relações comerciais com os países membros do BRICS. E as transformações ocorridas no Centro - Oeste que deram condições para que os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, bem como os Estados de Minas Gerais e a região do MATOPIBA se inserisse de forma competitiva no mercado mundial de commodities, sob ideologia da mundialização do capitalismo neoliberal.

II. Panorama da modernização do espaço rural brasileiro

A modernização da agricultura brasileira é um tema fortemente discutido no âmbito da Geografia Agrária, no que tange fornecer reflexões acerca da estrutura do setor rural frente ao atual período de globalização. Algumas temáticas possuem maior destaque no bojo dessas reflexões como: o formato de produção agrícola ligado a industrialização e a alta produção - produtividade; o modelo de mercado globalizado; as relações estabelecidas de modo empresarial e as tradings de commodities que dominam o espaço rural na atualidade.

As atividades agrícolas encontram-se em um processo de dinamicidade constante, objetivando uma maior produtividade. Em meados de 1930, se iniciava o processo específico de industrialização da agricultura e do proletariado rural, sustentando a nova dinâmica de acumulação de capital no campo. No âmbito de compreender o processo de modernização e suas bases Kageyama (1990) em seus estudos tece a seguinte contribuição:

O termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora as transformações capitalistas na base técnica da produção ora á passagem de uma agricultura. [...] o processo de modernização, ao mesmo tempo que implica a integração técnica intra-setorial e a mercantilização da agricultura, promove a substituição de elementos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumo), abrindo espaço para a criação de indústrias de bens de capital e insumo (KAGEYAMA, 1990, p. 119).

Todavia o processo de industrialização da agricultura não se limita a utilização de insumos industriais na produção, embora esse elemento seja um de seus componentes mais aparentes. A industrialização e a modernização da agricultura realizam um aprofundamento da divisão de trabalho, no qual a agricultura se converte num ramo de produção, que compra insumo e vende matérias-primas para outros ramos industriais.

Deste modo, na década de 1950, tem-se a intensificação da modernização tecnológica da agricultura no Brasil. É nesse contexto, que o Estado, enquanto agente de políticas de modernização e, desenvolvimento econômico e técnico,

coloca em voga as políticas voltadas à modernização do espaço rural. Esse processo de desenvolvimento técnico-científico da agricultura no Brasil, possui relação intrínseca com a utilização de insumos industriais na forma de “pacotes tecnológicos” no mercado internacional.

Nesse processo de reconfiguração do espaço rural, a indústria e a vida urbana tornam-se o novo centro dinâmico da economia. Seguindo este pensamento a modernização da agricultura requer a existência de um sistema financeiro constituído. Assim o conceito chave de modernização é: integração de capitais.

A agricultura já não poderia ser abordada de maneira indissociada dos outros agentes responsáveis por todas as atividades que garantiriam a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. As atividades agrícolas passaram a fazer parte de uma extensa rede de agentes econômicos que perpassava a produção de insumos, a transformação industrial até armazenagem e distribuição de produtos agrícolas e derivados (Davis; Goldberg, 1957).

Deste modo, o período entre 1930-1950, é marcado pela montagem do departamento produtor de bens de capital e do proletariado rural, elementos esses que posteriormente serão considerados base para a nova dinâmica da acumulação de capital no campo.

O processo de modernização da agricultura se materializava de forma seletiva e excludente, disponibilizando aos empresários rurais, notadamente os sulistas, fartos créditos, insumo e implementos agrícolas adequados, treinamento e orientação técnica necessárias, infraestrutura e condições para a comercialização. Era quase impossível não dar certo. Os problemas estariam a cargo da grande massa de despossuídos, que ficaram alijados da modernização da agricultura (MENDONÇA, 2004, p. 168).

Neste processo de modernização, o Brasil passa a ter um salto qualitativo na década de 1950, motivado pela região Sul, o qual buscava dinamizar a produção agrícola, o que mais tarde influenciou outras regiões do país, como a Sudeste.

Todavia, já na década de 1960, o governo federal já dava indícios de impulsionar o processo de modernização do setor agrícola, surgindo de forma consolidada o Complexo Agroindustrial, um setor industrial que colocava bens de produção para a agricultura. Sorj (1986) definiu o Complexo Agroindustrial, como um conjunto de setores: de produção de insumos e maquinários agrícolas; de transformação industrial dos produtos agropecuários; de distribuição; de comercialização; e de financiamento nas diversas fases do circuito.

No CAI a agricultura estava integrada à indústria, condicionados pelas mudanças nas relações entre o homem e natureza que, também, causa a modificação nas relações sociais e de produção e de trabalho, seguindo a lógica capitalista.

Vale destacar, que a lógica da reprodução do capital vai dominando a agricultura e atropelando as relações de trabalho. Graziano Neto (1985, p. 27) completa dizendo: “[...] mesmo que seja difícil, às vezes, caracterizar certa produção como capitalista - por exemplo, aquela em que os produtores não usam trabalho assalariado -, ela está subordinada ao movimento do capital e cada vez mais integrada ao sistema de mercado, que é capitalista” (GRAZIANO NETO, 1985, p. 27).

A modernização da agricultura só se consolida a partir de articulações promovidas por e com políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento agropecuário do país, inserindo infraestrutura, programas específicos e desenvolvimentos de pesquisas, como colocado por Matos (2011, p. 74). E ainda:

ao optar pelo modelo modernizante da agricultura, o Estado tinha convicções de que esse era um projeto que renderia a expansão da produção agrícola no país e do setor industrial, que fazia parte dos projetos governamentais para o Brasil desde 1930. O campo deveria compartilhar/integrar o crescimento industrial que estava em curso no país. Para isso, era essencial produzir mais culturas que gerassem o superávit da balança comercial, ou seja, modernizar, seguindo modelos que já tinham sido implantados em outros países, sobretudo, nos Estados Unidos. (MATOS, 2011, p. 74).

Em relação a indústria de bens de capital e insumo, é a partir dos anos de 1970 que estas passam a ter espaço, acelerando a industrialização do campo. Deste modo, a década 70 representou um maior desenvolvimento do setor agrário, a agricultura passou a responder aos anseios da sociedade, “A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização: a “reunificação agricultura-indústria” num patamar mais elevado do que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura (KAGEYAMA, 1990, p. 122).”

Conforme Matos (2011), os projetos políticos para o desenvolvimento econômico por meio da industrialização capitalista planejada originam-se no Brasil na década de 1930, tornando-se hegemônicos nos anos 1960, em que o Estado priorizou políticas públicas e investimentos elevados em programas de infraestrutura, energia, transportes e indústrias. A agricultura deveria acompanhar essa modernização do território, por isso, o discurso do desenvolvimento estava inserido, também, nas políticas públicas direcionadas para o campo.

A partir dessa motivação subsidiada pelos investimentos governamentais para a modernização rural, a produção de commodities, com ênfase para os complexos de algodão, carnes, cana-de-açúcar e soja, se tornaram as principais produções do agronegócio brasileiro. Coelho (2015) pontua que a associação entre o Estado e o Capital, personifica as grandes corporações capitalistas presentes no rural - essa relação se consolida por meio de uma série de intencionalidades, resultando

em desdobramento sociais, benefícios econômicos e ambientais de grande montante.

Matos e Pessôa (2013) apontam que ao longo do processo de modernização e reestruturação do espaço agrário, o Estado, por meio de outros formatos, fomenta a agricultura por meio de financiamentos para investimentos e custeio de produção a juros reduzidos, aumento de carências, renegociações de dívidas e aumento de prazos para pagamentos, além de continuar investindo em infraestrutura.

O modelo de monoculturas existente no país, após todas as etapas descritas da modernização da agricultura, não é novo se for retomado o período em que o Brasil colônia se formou, com o sistema plantation, em que grandes latifúndios tinham a produção de uma mesma cultura para a exportação. Sendo assim, o modelo econômico que está estruturado no Brasil, fortalecido pela economia rural, teve, desde as fases anteriores como no período colonial, interesse em aumentar a produção e a exploração de terras.

III. O Global no Cerrado brasileiro

A globalização ganhou proporção na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1970, com o avanço da técnica, ciência e informação. A globalização como a nova ordem mundial econômica, se caracterizou como o movimento da fragmentação da produção mundial, que realocou os setores produtivos especializados em várias partes do mundo.

Santos (2006) pondera que o advento da globalização tornou os lugares especializados na produção de certos produtos. “Os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social [...] com uma divisão do trabalho mais profunda e, também, uma vida de relações mais intensa (SANTOS, 2006, p. 167).” Com essa nova dinâmica hegemônica no comércio mundial, alguns países ditos subdesenvolvidos, se industrializaram parcialmente, modernizando consideravelmente suas forças produtivas, caso do Brasil.

A industrialização brasileira da modernidade, teve a sua gênese nas políticas do governo Getúlio Vargas, na primeira metade do século XX, sendo consolidada décadas depois nas regiões Sudeste e Sul - as mais populosas -, não contemplando as regiões Centro-Oeste e Norte, uma vez que até a segunda metade do século precedente, estas regiões apresentavam pouca densidade demográfica e técnica se comparado com as áreas litorâneas.

Nesse contexto, as políticas de incentivo ao povoamento do “Brasil sertão” foi intensificada pelo governo Vargas, tendo como exemplos emblemáticos o

programa “Marcha para Oeste” e a construção da nova capital de Goiás - Goiânia - em 1930 no Centro-Oeste brasileiro.

A partir do governo Vargas, tivemos uma sucessão de políticas voltadas para a ocupação territorial dos vazios demográficos existentes. O governo Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) deu continuidade a proposta de “integração nacional”, tendo como marco a construção da nova Capital Federal do Brasil no planalto central brasileiro - Brasília (inaugurada em 1960) - e a abertura de rodovias federais interligando as regiões do país como a Belém - Brasília (BR-010).

Essas ações governamentais compuseram o plano de desenvolvimento industrial do país, no qual a lógica era a substituição de importação. Com a remodelação da divisão social e territorial do trabalho no país, a região Centro-Oeste passou a concentrar a sua economia na produção agropecuária, com o propósito de abastecer o grande mercado consumidor, concentrado nos estados do Sudeste e Sul do país (BEZERRA; CLEPS, 2004).

Pós as políticas de incentivo, tem-se o projeto de modernização conservadora do período militar, o qual “recicla” os institutos criados no período Vargas - JK - João Goulart, criando novas instituições estatais (SCNR, EMPRAPA, EMBRATER, CFP), ou as reorganizando depois de 1964, para estruturar o processo de modernização técnica da agricultura capitalista em geral, e não apenas setores específicos, ao estilo antigo da chamada “Era Vargas”. (DELGADO, 2012, p. 83)

Com a nova definição no âmbito da divisão social e territorial do trabalho em terras “Brasilis”, a região Centro-Oeste recebeu inúmeros projetos de colonização agropecuários, tanto privados como públicos, visando a consolidação da sua funcionalidade no circuito econômico nacional. O baixo custo das terras, os incentivos fiscais e os investimentos em infraestrutura, transformaram a região décadas depois em uma fronteira agrícola de nível mundial (MORENO; HIGA, 2005).

No processo de reestruturação do território, a chegada de Redes Técnicas - rodovias, ferrovias, redes elétricas, hidrovias e telecomunicações - no Cerrado, foram primordiais para a incorporação do capitalismo corporativo na região, e a efetivação da modernização da agropecuária brasileira. O modelo do agribusiness ao incorporar as áreas de Cerrado se especializou no século XXI, sobretudo na produção das commodities voltadas para a exportação.

Corroboramos com os estudos de Delgado (2012), ao afirmar que, o modelo em questão (agribusiness) trata-se de uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizada antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica.

As transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, têm profundos impactos sobre a (re) organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais. Entre esses, destacarei aqui o que tenho chamado, nos últimos anos, de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, ou seja, os territórios produtivos do agronegócio, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas (ELIAS, 2012, p. 2).

Nesse sentido, Castillo et al. (2016, p. 267-268) afirma que as regiões competitivas “emergem em diferentes porções do território brasileiro e se especializam em variados setores da agropecuária, marcadas por heranças geográficas particulares, mas sempre em busca de uma inserção cada vez mais competitiva nos mercados internacionais [...]”. Essa busca constante pela competitividade, tem tornado o local cada vez mais global, e o global cada vez mais local.

No que cerne a competitividade, o setor logístico, tornou a agricultura científica globalizada refém de uma infraestrutura moderna dos transportes e das comunicações, que garantem a fluidez necessária para as trocas de toda a natureza, que de certo modo, gera impactos na vida social e no território (ELIAS, 2005).

Cada vez que o território brasileiro é reelaborado para atender à produção da agricultura científica, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza, aumentando a complexidade dos seus sistemas técnicos. [...] Dessa forma o conhecimento do processo de expansão do meio técnico-científico-informacional no campo parece ser, a partir da análise do fenômeno espacial, uma das vias de reconhecimento da sociedade e do território brasileiros atuais (ELIAS, 2005, p. 484).

O agronegócio brasileiro a partir da década de 1980 se desenvolveu privilegiando áreas e produtos, aprofundando as questões sociais e ambientais, “que culminaram na elevação da histórica concentração da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor agropecuário; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e no incremento da urbanização (ELIAS, 2006, p. 2).”

Outra característica da agricultura científica é seu funcionamento cada vez mais regulado pela economia de mercado, em razão das demandas urbanas e industriais. As relações entre os setores agrícola e industrial merecem destaque, por propiciarem o desenvolvimento de muitos ramos industriais, notadamente dos que fornecem os insumos e bens de capital para a agricultura, assim como das indústrias que processam os produtos agropecuários - agroindústrias -,

transformando-os em mercadorias padronizadas para o consumo de massa globalizado (ELIAS, 2006, p.3).

A agricultura científica (Agronegócio) é própria da globalização, e segue a ordem global econômica (SANTOS, 2000). Esse modelo produtivo para a agricultura tem como referência a garantia de acumulação de capital. Neste quesito, nota-se que:

A agricultura brasileira completou, entre 1965 e 1981, um ciclo de modernização técnica e crescimento, sem mudança na estrutura agrária. A partir do início da década de 1980 a economia brasileira se defrontara com um longo período de relativa estagnação econômica, em grande medida imposta pelas condições do ajustamento à crise de endividamento externo. Neste contexto, o papel da agricultura é crucial para a gestão das várias conjunturas macroeconômicas do período. (DELGADO, 2012, p. 78)

Frente aos elementos discutidos, tem-se dois fatores que são preponderantes para a globalização do cerrado e a consolidação do agronegócio no espaço rural brasileiro.

Na década de 1980 o neoliberalismo torna-se uma atualização do liberalismo por meio de concepções econômicas de cunho neoclássico. Neste período, a visão social do capitalismo, ocorre por meio da ótica da burguesia. Acarretando um conjunto políticas econômicas voltadas para o fortalecimento do capital, o qual reduz a responsabilidade do Estado e resulta na liberalização total do comércio em nível mundial.

Enfim, defende a livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais etc. Tais processos de reordenação territorial do capitalismo mundial, culmina na disseminação do capitalismo mundial nos países emergentes fazendo alianças com setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais (OLIVEIRA, 2015).

Essa visão de uma nova era econômica, a da globalização, é, pois, justificada. Dentre numerosas características desse fenômeno, podem-se sublinhar três elementos essenciais: 1. um mercado unificado, já que a economia mundial vai transformando-se numa zona única de produção e de trocas; 2. empresas mundializadas, gerando sobre uma base planetária a concepção, a produção e a distribuição de seus produtos e serviços; 3. um quadro regulamentar e institucional ainda muito inadequado, visto que carece de um mecanismo de regulação que permita controlar em escala planetária a interdependência econômica e política. [...] O processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar-se sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas tanto em nível local como global. Esse movimento de conjunto cobre

três etapas. A primeira, a internacionalização, está ligada ao desenvolvimento dos fluxos de espoliação. A segunda, a transnacionalização, liga-se aos fluxos de investimento e das implantações no estrangeiro. A terceira fase, ou globalização corresponde à instalação das sedes mundiais de produção e de informação. (BENKO, 1996, p. 86)

A mundialização do capital juntamente com a globalização, faz com que o capitalismo se torne difuso, estando presente em todos os lugares onde tem-se as empresas monopolista mundiais. Isso nos leva a inferir que, o capitalismo se monopolizou criando uma nova ordem mundial, a qual se estrutura numa nova divisão internacional do trabalho simultânea a uma nova aliança com a classe burguesa á nível mundial.

O capitalismo monopolista mundializado, passou a se reestruturar sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais (OLIVEIRA, 2015).

O autor supracitado pontua que, as empresas monopolistas mundiais, permitiram o controle monopolista da produção das commodities do campo. Essas empresas instalam nas multinacionais suas bases formadoras, nasceram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, aquisições, franquias etc.

No Cerrado brasileiro a territorialização do monopólio, ocorre atrelada ao controle da produção imediata sobre a circulação e deriva da especificidade técnica desses dois setores: o sucroenergético e o de celulose, papel e madeira plantada, dentre outros. Em suma, a monopolização territorial ocorre a partir das trading companies - a produção não ocorre diretamente no campo, no entanto, as empresas de comercialização controlam por meio de mecanismo de subordinação, a vida social e econômica da terra no Cerrado (produção dos camponeses e dos capitalistas produtores). A monopolização do capital retira a necessidade de uma empresa fixa no território.

No Brasil, monopolizam o território no setor de grãos as empresas mundiais ADM, Cargill, Bunge, LDC Commodities; El Tejar e Enrique Bañuelos. Mas fazem-no também as empresas nacionais Caramuru, Amaggi, Granol etc. Essas empresas monopolistas mundiais que atuam como *tradings companies* passaram a designar a comercialização dos produtos que exportam vindos dos produtores nacionais por um novo mecanismo chamado “dar origem a” ou “originar” (originate) (OLIVEIRA, 2015, p. 243).

Em vários setores da agricultura e pecuária brasileira a hegemonia é das grandes multinacionais, essa expressão é reflexo das alianças realizadas no neoliberalismo entre a burguesia local, as empresas monopolistas mundiais e o Estado. Efetiva-se relações díspares e a perda de soberania, submetendo a seus

desígnios proprietário de terras capitalista e camponeses. Não devemos olvidar que esse processo é desencadeado pela constante “necessidade” da burguesia brasileira em se desenvolver no seio da lógica do capitalismo monopolista globalizado.

IV. Consolidação da Fronteira Agrícola em Estados com áreas de Cerrado

No bojo do agronegócio brasileiro, os municípios situados em áreas de Cerrado se destacam na produção nacional de commodities e alguns derivados por constituírem um conjunto de fatores socioambientais que propiciam o sucesso produtivo, uma vez que os atributos físicos (clima, abundância hídrica, topologia favorável do relevo) aliadas a incorporação de uma extensa porção das melhores terras, a disposição de desonerações fiscais e linhas de crédito aos grandes produtores, ao aparato de densidade técnica-científica-informacional desde o processo de produção à circulação, garante, assim, resultados satisfatórios de ordem da lucratividade econômica.

Nas Regiões Produtivas do Agronegócio Elias (2012), no Cerrado, se configura territórios produtivos de grãos com a superposição de atores vinculados a redes agroindustriais. Como resultado, percebe-se a conformação de uma “região competitiva”, marcada pela densidade técnica (infraestrutura de transporte e comunicação, sistemas de armazenamento, centros de pesquisa, agroindústrias) intrínseca ao agronegócio cuja centralidade para o ordenamento dos fluxos é definida pela logística (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Entre os principais produtos agrícolas cultivados no Brasil em 2016 nos quesitos área plantada, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção estão na seguinte ordem decrescente: soja em grão; milho em grão; feijão em grão; arroz em grão; e algodão herbáceo (caroço de algodão). Os municípios situados no Cerrado dominam o ranking nacional da produção de soja, milho e algodão.

O Estado de Mato Grosso é a segunda unidade da federação com maior participação no valor da produção agrícola do país, correspondendo 13,8% da produção nacional nos anos de 2015-2016. Conforme o IBGE (2016) os cinco municípios com maior valor da produção no Brasil em 2016 estão em Mato Grosso. No ano de 2016 o Estado de Mato Grosso liderou a produção de algodão do país, sendo responsável pela produção de 2,2 milhões de (T) de algodão, 64,1% da produção nacional. E manteve-se como o maior produtor de milho, produzindo 15 339 785 de (T), que correspondeu a 23,9% de todo o milho produzido no País (IBGE, 2016).

Em 2016 o Estado despontou na produção de arroz em casca, com 501 045 (T), sendo o 4º maior produtor nacional. Na cultura de cana-de-açúcar, o estado foi o sexto que mais cultivou, totalizando 19 209 764 (T), correspondendo a 2,5% da produção do país. E teve uma produção total de 230 897 (T) de feijão, sendo o 5º maior produtor nacional (IBGE, 2016). O Estado também é o maior produtor nacional de soja, onde produziu 26 277 303 (T) do cereal colhidos em 9 102 722 hectares, que corresponde 27,3% da produção nacional. O Estado possui 13 dos seus municípios entre os 20 principais produtores de soja do Brasil. O município de Sorriso, situado no norte do Estado, é o maior produtor de soja e de milho do Brasil, com mais de 1,0 milhão de hectares. Sorriso assumiu a liderança no ranking nacional do valor da produção agrícola (IBGE, 2016).

O Estado de Goiás é a segunda unidade da federação com a maior produção de cana-de-açúcar, uma vez que em 2016 produziu mais 71 061 922 (T), correspondendo a 9,2% da produção nacional. Os municípios goianos de Quirinópolis e Goiatuba ocupam o 6º e 19º lugar no ranking de produção nacional. Os municípios goianos de Cristalina, Jataí e Rio Verde se destacam na produção de soja, milho e do algodão herbáceo. Goiás é o quarto maior produtor de milho do país, fornecendo 5 804 842 (T) do grão. O Município de Jataí alcançou a segunda colocação entre os maiores produtores em nível nacional, contribuindo com 1 023 000 (T). O Estado também é o quarto maior produtor brasileiro de soja, produzindo 10 239 473 toneladas em 3 310 548 hectares, com o rendimento médio de 3 093 kg/ha. O Estado conta com três municípios na lista dos 20 maiores produtores do grão, que desfruta de alto aporte tecnológico e irrigação (IBGE, 2016).

O Estado de Mato Grosso do Sul teve a sua área de produção de cana-de-açúcar expandida em 2016, ocupando 658 282 hectares, tornando-se o 4º maior produtor nacional ao produzir 51. 927 (T), que correspondeu a 6,8% da produção nacional. O município sul-mato-grossense de Rio Brillhante foi o campeão nacional em termos de produção, produzindo 8 503 085 t. Outros três municípios do Estado estiveram entre os vinte maiores produtores nacionais de cana-de-açúcar. O Estado foi o terceiro que mais produziu milho no país em 2016, atingindo uma área de 1 678 387 de ha, que totalizou 9,4% da produção do país. No ranking nacional, quatro municípios sul-mato-grossenses estão no top 20, uma vez que Maracaju foi o 6º maior produtor do país. O Estado foi o 5º maior produtor de soja, onde a sua área colhida atingiu 2 423 322 ha. A sua participação nacional corresponde a 7,7%. Os municípios de Maracaju e Ponta Porã foram respectivamente o 12º e 19º maiores produtores do país.

A região do MATOPIBA, considera como uma fronteira agrícola em expansão, já se destaca na agropecuária brasileira. O Estado da Bahia é o segundo maior produtor nacional de algodão, sendo impulsionada pelo oeste baiano (região incorporada pelo MATOPIBA). O município de São Desidério (BA) é o segundo

no ranking nacional de produção. Outros 4 municípios baianos também se encontram entre os 20 maiores produtores do país. A produção de soja também está consolidada no Oeste baiano e no Sul do Maranhão, com destaque para os municípios de Formosa do Rio Preto e São Desidério que foram o 2° e 6° no ranking nacional em 2016 no quesito área plantada e quantidade produzida. Os municípios de Correntina (BA), Balsas (MA), Barreiras (BA), Tasso Fragoso (MA) e Luís Eduardo Magalhães (BA) figuraram respectivamente em 22°, 26°, 30°, 34° e 35° no mesmo ranking.

O Cerrado mineiro, que detém o status de “portal do Cerrado” quando a variável referida é agropecuária, se destaca nacionalmente sobretudo na produção cafeeira e da cana-de-açúcar. O Estado de Minas Gerais foi o terceiro maior produtor de cana-de-açúcar em 2016, tendo o município de Uberaba como o 4° maior produtor nacional. Os municípios de Frutal e Santa Vitória também estiveram entre os 20 maiores produtores do respectivo ano. O Estado de Minas Gerais também foi responsável por 9,1% da produção nacional de milho, com 5 843 579 (T) de milho colhidas. O Estado foi o sexto maior produtor de soja, uma vez que a monocultura ocupou em 2016 uma área de 1 458 914 ha, com participação nacional de 4,9%. O complexo da cana-de-açúcar, soja e milho se concentram nos municípios com territórios com áreas originalmente do bioma Cerrado.

Outro setor forte nos Estados com áreas de Cerrado é o complexo de carnes. A região Centro-Oeste em 2016 possuía o maior rebanho bovino do país, contendo 34,4% do total nacional. Neste ano o Estado de Mato Grosso possuía o maior rebanho de bovino do país, com mais de 30,30 milhões de cabeças de gado (c/g), 13,9% do total brasileiro, seguidos pelos Estados de Minas Gerais com 23,63 milhões c/g, Goiás 22,91 milhões c/g e Mato Grosso do Sul 21,90 milhões c/g (IBGE, 2016). As extensas áreas dos Estados do Centro-Oeste são favoráveis à criação extensiva, que somadas a proximidade de grandes centros de produção de grãos e a presença de agroindústrias, favorece a criação de animais a pasto e de confinamento. No Cerrado, grandes grupos de magnitude global do Brasil como a BRF (Grupo detentor de marcas como Sadia e Perdigão), JBS (Grupo detentor de marcas como Seara e Friboi) e Marfrig Foods atuam nos segmentos de carnes bovina, suína, aves e seus derivados, com a produção voltada tanto para o mercado interno como externo.

O setor das agroindústrias no Cerrado tem se fortalecido a cada ano. Esse tipo de indústria utiliza produtos diretamente ou indiretamente originários do agronegócio, como é o caso da cadeia produtiva da avicultura, que está interconectada com a produção de grãos (soja e milho), triviais insumos para a criação de aves em grande escala.

As cidades que recebem a sede de agroindústrias interconectadas com o agronegócio sempre estão em uma posição privilegiada do ponto de vista locacional, uma vez que é estratégico a escolha de municípios sedes que perpassa rodovias federais pelas respectivas manchas e/ou perímetros urbanos, e que estejam próximos das zonas produtoras. A lógica das agroindústrias de se fixarem em corredores de escoamento e em zonas produtoras, potencializa a circulação da produção tanto agroindustrial como das mercadorias vendidas, sobretudo para o mercado externo, de forma *in natura*.

V. Uso corporativo do território

As transformações ocorridas no Centro - Oeste deram condições para que os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, se inserisse de forma competitiva no mercado mundial de commodities, sob ideologia da mundialização do capitalismo neoliberal. Mas esse modelo produtivo, transcende as fronteiras destes estados, alcançando outros territórios contemplados pelo Cerrado, como os Estados de Minas Gerais e a região do MATOPIBA, que representa a junção de territórios dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

No que tange o processo de formação territorial dos estados da região Centro-Oeste, estes vivenciaram um intenso fluxo migratório de pessoas advindas sobretudo das regiões Sul e Nordeste do país, formando novos núcleos urbanos e desenvolvendo outros já existentes (MORENO; HIGA, 2005).

Este processo do aumento populacional para a expansão e criação de novos núcleos urbanos também foi característico em outras regiões do Cerrado, vide as cidades mato-grossenses de Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, Rondonópolis e Sinop; as goianas de Rio Verde, Jataí e Cristalina de Goiás; e no Oeste baiano, as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Nas cidades com o imperativo do agronegócio, conforme Elias (2006, p. 5):

Organizam-se verdadeiras redes técnicas (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações etc.) voltadas para o objetivo de dotar o espaço agrícola de fluidez para as empresas hegemônicas do setor. Isto induz à mecanização dos espaços agrícolas e onde a atividade agropecuária se dá baseada na utilização intensiva de capital, tecnologia e informação. É visível a expansão do meio técnico-científico-informacional, revelando o dinamismo da produção do espaço resultante da reestruturação produtiva da agropecuária.

Nos territórios com predomínio do bioma Cerrado estão fixadas muitas das principais empresas do agronegócio globalizado, como a Midland (ADM), Bunge, Louis Dreyfus Commodities (LDC), Cargill e as brasileiras Amaggi e BRF. Estas

empresas atuam no ramo agroalimentar, sobretudo na produção e processamento de alimentos.

A empresa Amaggi concentra as suas fazendas produtoras no Estado de Mato Grosso, atuando na produção agrícola de soja, milho e algodão, utilizando aproximadamente 280 mil hectares. Uma das três esmagadoras da empresa está localizada no município mato-grossense de Lucas do Rio Verde. Os escritórios e armazéns estão distribuídos em várias regiões do Brasil, todavia, estão concentrados em sua maioria no Cerrado, sobretudo nos municípios de Mato Grosso como Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sapezal. E em municípios situados em outras regiões importantes para o agronegócio, como Rio Verde (GO) no Cerrado goiano e no MATOPIBA: Luís Eduardo Magalhães (BA), Uruçui (PI) e Guaraí (TO) (AMAGGI, 2018).

A multinacional Cargill atua no Brasil e no mundo oferecendo serviços e produtos alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais. Uma das cinco unidades industriais de Nutrição animal no Brasil está instalada em Goianira (GO). No que tange o complexo da cana-de-açúcar, a Cargill possui duas unidades agroindustriais em Cachoeira Dourada e Quirinópolis no Estado de Goiás, que produz açúcar VHP, etanol (anidro e hidratado), eletricidade, fibras, proteína e óleo. Em Uberlândia/MG a empresa possui uma planta de produtos úmidos para nutrição de bovinos e amidos modificados, visando atender os pecuaristas do complexo de carne brasileiro. Na linha foods da empresa, que conta com marcas como Pomarola, Elefante e Mazola, há unidades nas cidades goianas de Itumbiara e Goiânia. As unidades industriais do complexo da soja estão situadas nas cidades com predomínio do bioma Cerrado em Uberlândia (MG), Primavera do Leste (MT), Barreiras (BA), Três Lagoas (MS) e Rio Verde (GO) (CARGILL, 2018).

A empresa multinacional Bunge alimentos atua no ramo do agronegócio e alimentos. Na região do Cerrado, a empresa dispõe de um moinho de trigo em Brasília (DF) e de uma planta processadora de algodão em Rondonópolis (MT). No que se refere a cadeia de sojicultura, a empresa possui plantas processadoras em Luís Eduardo Magalhães (BA), Luziânia (GO), Dourados (MS), Nova Mutum e Rondonópolis (MT) e Uruçui (PI). Nos municípios Luís Eduardo Magalhães, Rondonópolis e Luziânia também se produz refino de óleo, sendo que neste último há a produção de gorduras. Na área da logística, a Bunge detém um Tránsito no Terminal Ferroviário do município de Alto Araguaia (MT). Acerca do complexo da cana-de-açúcar, a Bunge possui usinas nas cidades mineiras de Santa Juliana, Frutal e Itapagipe, e em Pedro Afonso (TO) e Pontaporã (MS) (BUNGE, 2018).

A empresa ADM possui unidades de processamento de soja para aplicações desde óleos vegetais a ingredientes de animais, nos municípios de Ipameri (GO),

Rondonópolis (MT), Campo Grande (MS) e Uberlândia (MG). Nestes três últimos, as plantas de processamento atuam também no setor de bioenergia, destaque para Rondonópolis com a produção de Biodiesel. A ADM detém uma planta de óleo de girassol em Campo Novo dos Parecis (MT), e uma planta de etanol em Limeira do Oeste (MG). A ADM opera também uma rede de silos com capacidade de armazenamento de colheitas de 2,2 milhões de toneladas métricas. As marcas de óleo de soja comercializadas pela ADM são Concórdia, Corcovado e Vitaliv, além de óleo de milho, de girassol e de canola (ADM, 2018).

A empresa LDC opera com cerca de 60 plantas industriais e de logística no país. A companhia possui uma planta para algodão em Luís Eduardo Magalhães (BA) e Itumbiara (GO). No setor de grãos e oleaginosas, a empresa dispõe de filiais nos municípios mato-grossenses de Alto Araguaia e Rondonópolis e nos goianos de Jataí, Rio Verde e São Simão. Em Rio Verde a planta industrial também atua no processamento de milho. Nestas cidades goianas, a empresa também detém armazéns para armazenagem de soja e algodão (LDC, 2018).

O complexo da cana-de-açúcar avançou nos últimos anos nos Estados da região Centro-Oeste. O Estado de Goiás recebeu investimentos significativos do setor sucroalcooleiro, e atualmente conta com 39 usinas em vários municípios de goianos, com a presença de corporações como a Raízem e Bunge. O Estado de Mato Grosso do Sul conta com 24 usinas, a exemplo da Bunge em Ponta Porã e Caarapó. No Estado de Mato Grosso há a presença de 12 usinas, em municípios que tradicionalmente são produtores de soja, como o caso de Campo Novo dos Parecis e Campos de Júlio. A região delimitada como MATOPIBA contém cinco usinas no Estado do Maranhão e uma em Pedro Afonso (TO). As usinas presentes nos Estados da Bahia e Piauí não se encontram nas regiões do Cerrado. Em Minas Gerais encontra-se um quantitativo de 42 usinas, sendo que a maioria delas estão no Cerrado mineiro, caso dos municípios de Santa Julia, Frutal e Itapagipe, que são sede da Bunge (NOVACANA, 2018).

Quanto ao complexo de carnes bovina, a uma rede de plantas industriais frigoríficas para o abate, sobretudo em Estados do Centro-Sul do país, com destaque para os Estados de São Paulo e Mato Grosso. E para além dessa regionalização, nos Estados de Rondônia e Pará no Norte do país, onde há o imperativo do bioma amazônico. Nos Estados com predomínio do Cerrado, o Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são os que possuem o maior quantitativo de plantas industriais do setor. Em Mato Grosso estão situadas 18 plantas, com destaque para a empresa JBS do Grupo BRF com 11 filiais. Em Mato Grosso do Sul são 11 frigoríficos, sendo 4 da empresa JBS e 3 da empresa Navi Carnes. Em Goiás estão instaladas 8 unidades, pertencentes a empresas como a Marfrig e JBS que contém duas filiais cada no Estado. Na região MATOPIBA, o destaque é para o Estado de Tocantins, que contém 8 plantas, sendo que 4 delas estão instaladas no município de Araguari. O Estado do

Maranhão possui três plantas frigoríficas, no entanto Bahia e Piauí não contém unidades em áreas compreendidas pelo Cerrado. No Cerrado mineiro estão fixadas 5 plantas, duas pertencentes a empresa JBS (ABIEC, 2018).

Quanto às corporações do agronegócio, essas empresas se organizam em diversas atividades: financiamento da produção, originação de grãos, armazenamento, insumos (fertilizantes, sementes), processamento, exportação, cujo conjunto permite um controle notável do setor produtivo (LIMA, 2015).

No Cerrado brasileiro, o corporativismo agroindustrial se apropria do espaço de forma seletiva, criando os espaços do “fazer” e do “mandar” como conceituado por Santos & Silveira (2006). A localização das agroindústrias está estritamente associada com os fixos do transporte, assim como as áreas produtivas, uma vez que a lógica é instalar as plantas industriais o menos longínquo possível dos eixos rodoviários - e em alguns casos ferroviários/hidroviários -, sendo este o meio de transporte trivial para a execução dos fluxos no Brasil, garantido o *just in time*.

VI. BRICS como atenuantes dos Complexos do Agronegócio no Cerrado: É “Tech, POP e TUDO” ?

Conforme o Ministério das Relações Exteriores do Brasil “entre 2001 e 2017, as exportações totais dos países do BRICS saltaram de US\$ 49 bilhões para US\$ 3,22 trilhões, um crescimento de 6500%. Além disso, o comércio intrabloco teve um grande aumento no mesmo período, passando de US\$ 21 bilhões para US\$ 288 bilhões, mais de 1300%.” Nos últimos anos a União Europeia deixou de ser o principal importador da agropecuária brasileira, perdendo esse posto para a China. Os dois parceiros juntos foram destino de 43% das exportações da agropecuária brasileira.

O complexo de soja foi o setor da agropecuária que mais exportou em 2016, atingindo 35,6% do valor total exportado pelo Brasil. Em seguida foi o setor de carnes que compreendeu 19,9% das exportações e o setor sucroalcooleiro que movimentou US\$ 11,34 bilhões em 2016. Entre 2010 e 2016 os três setores compreenderam 71,3% do total das exportações agropecuárias.

Nos anos de 2016 e 2017 a China foi o principal destino do complexo de soja, o país importou em torno de 38.563.909 toneladas de soja em grão e 249.569 (T) de óleo de soja (ABIOVE, 2017). O Brasil é o principal e quase exclusivo fornecedor de carne de frango *in natura* ao país, tendo uma participação de 85,6% do produto importado pela China. O Brasil também é o maior fornecedor de carne bovina ao país asiático, com exportações de US\$ 702,77 milhões. As exportações da cana-de-açúcar chegaram a 2,4 milhões de (T) em 2016.

A Rússia em 2016 foi o 14º destino das exportações brasileiras, com participação de 1,2% sobre o total exportado. E são os produtos agropecuários os mais comprados pelos russos, alcançando um patamar de 90% das vendas totais. Neste ano as exportações agropecuárias do Brasil à Rússia somaram US\$ 2,07 bilhões de um total geral de US\$ 2,30 bilhões. Os principais produtos são a carne suína *in natura*, soja em grão, carne bovina *in natura*, açúcar em bruto e carne de frango *in natura*. A participação do Brasil no mercado interno russo ainda é modesta, no entanto o setor agropecuário é o mais requisitado.

As parcerias bilaterais entre Índia e a África do Sul com o Brasil ainda possui um grande nicho a ser explorado entre ambas as partes. Mas novamente a agropecuária brasileira é o setor econômico que mais contribui com a pauta de exportações para esses países, sobressaindo os principais complexos da agropecuária brasileira.

Dentre os dez principais produtos que compuseram a exportação brasileira para os países do Bloco BRICS em 2016 e 2017, cinco eram do setor agropecuário: soja em grão representou entre 35,2% e 36,8% da participação no total das exportações; açúcar em bruto e refinado 5% e 2,5%; carne bovina congelada 2,6% e 2,4%; carne de frango 2,6% e 2,1% e carne de porco 1,77% e 1,4%.

Ao analisar os principais destinos no mundo de produtos dos complexos de soja, carnes, cana-de-açúcar e os complexos de algodão e milho de janeiro a dezembro do ano de 2016, os países que compõe o BRICS estão entre os vinte principais compradores dessas commodities brasileiras, vide tabela.

Quadro - Exportação de commodities da agropecuária brasileira em 2016 para o bloco BRICS

Produto	Valor US\$	Quilograma líquido	Principais destinos no mundo
Complexo da Soja			
Soja mesmo triturada	14.386.114.595 411.426.752	38.563.909.133 1.017.379.350	China - 1º comprador Rússia - 6º comprador
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	56.663.911 29.470.552	317.677.796 172.481.085	África do Sul - 15º comprador China - 18º comprador
óleo de soja e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	377.718.560 172.974.426 2.182.670	544.450.224 247.377.281 3.003.351	Índia - 1º comprador China - 2º comprador África do Sul - 20º comprador
Complexo de Carnes			

Carnes da espécie bovina congelada	702.766.334	164.754.034	China - 2° comprador Rússia - 4° comprador
Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105	859.222.036 115.193.295 113.141.970	859.222.036 236.398.500 94.363.273	China - 2° comprador África do Sul - 12° comprador Rússia - 13° comprador
Complexo da Cana-de-açúcar			
açúcares de cana ou de beterraba quimicamente pura, no estado sólido.	884.353.066 823.057.628	2.443.563.437 2.403.146.370	Índia - 1° comprador China - 2° comprador
álcool etílico não desnaturado	16.114.529	28.092.087	China - 5° comprador
Complexo do Algodão			
Algodão não cardado, penteadado	87.471.257 10.677.697	57.773.374 7.246.286	China - 6° comprador Índia - 11° comprador
Complexo do Milho			
Milho	56.663.911 29.470.552	317.677.796 172.481.085	África do Sul - 15° comprador China - 18° comprador

Fonte: Comex Stat (Ministério da Indústria, comércio exterior e serviços/2018)
Org. Raasch (2018)

Os dados das exportações da agropecuária brasileira atestam a importância dos países membros do BRICS para os complexos destacados, sobretudo pelo papel que a China vem exercendo como parceiro bilateral. Esses países também se efetivam como mercados em potencial expansão para o Brasil, uma vez que um dos propósitos do bloco é aumentar as relações comerciais intrabloco. Nesse contexto, podemos considerar o bloco como um atenuante da expansão do agronegócio brasileiro, bem como das implicações socioeconômicas e ambientais que são geradas em áreas incorporadas pelo agronegócio - de sobremaneira áreas de Cerrado - pois o modelo do agribusiness tem como propósito a produção em grande escala voltado para exportação e a sua essência está atrelada a ordem mundial da globalização, que aliás é criadora da atual

divisão internacional social e territorial do trabalho que submete, sobretudo, o Brasil como fornecedor de produtos primários e secundários.

Como os mercados de destino são países emergentes economicamente, uma visão crítica na perspectiva socioambiental do processo produtivo dos produtos brasileiros ainda é pouco exigida pelos parceiros comerciais do BRICS. Nesse sentido, o Cerrado há décadas foi o bioma brasileiro mais degradado com o avanço da agropecuária científica, uma vez que as pastagens para a criação de gado, e as lavouras de monocultura da soja, milho, algodão e cana-de-açúcar se tornaram os maiores vilões das florestas tropicais e da fauna do país.

As atividades agropecuárias ocupam áreas cada vez mais extensas e ocasionam impactos cada vez mais significativos no meio ambiente a partir da exploração dos recursos naturais. A produção de commodities agrícolas estão relacionados diretamente com a degradação da água, solo e biodiversidade, bem como a exploração e a precarização - com casos de trabalho análogo à escravidão - das relações trabalhistas em fazendas produtoras, uma vez que há vários estudos que atestam esta conjuntura nas Regiões Produtivas do Agronegócio. Neste ano, a título de ilustração, corporações como a Cargill e a Bunge - que em 2015 foram responsáveis por cerca de 30% da soja exportada do Cerrado - foram multadas por desmatamento ilegal na região do MATOPIBA (VASCONCELOS; BURLEY, 2018).

O desenvolvimento da agropecuária nesses moldes, têm provocado uma preocupação geral com o agravamento das causas socioambientais, sobretudo com o surgimento de movimentos originários em países considerados ricos que passaram a contestar as formas produtivas dos setores da agropecuária, que têm sido veementemente correlacionados com os vilões dos ecossistemas e da vida socialmente equânime para os que habitam no rural. No entanto, a resposta do agronegócio, por sua vez, está sendo no sentido de defesa do modelo produtivo, que busca uma autoafirmação na medida em que se cria mecanismos de defesa do sistema, como visto no Brasil a organização política das oligarquias ruralistas do agronegócio na política brasileira por meio da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) - conhecida como Bancada Ruralista - e as grandes campanhas publicitárias como o “Agro é pop, é tech, é tudo”.

Em síntese, a partir desse exercício de problematização, o BRICS é considerado e se coloca em alguns aspectos, como um expoente de uma nova ordem mundial contemporânea com gênese no Sul global, por sua vez, os questionamentos ao bloco deverá se direcionar se estes países com economias emergentes irão priorizar as boas práticas sociais e ambientais, ou irá replicar as ações imperialista do Norte no Sul.

VII. Considerations

Ao longo do processo de modernização do espaço rural no Brasil, tem-se a integração de capital agrário, bancário e industrial, tal integração de capitais é regida pelo capital financeiro, o qual passa a subordinar a agropecuária. Nota-se que, a agricultura moderna compreendida por meio das constantes inovações tecnológicas e da relação capital *versus* trabalho, tem-se se expandido no território brasileiro, com ênfase para o Cerrado e conseqüentemente alterando a dinâmica do espaço rural. Este novo modelo pautado no avanço de tecnologias; na reestruturação territorial e em um modelo econômico neoliberal, têm fomentado nos últimos anos o aumento da participação do PIB no Brasil.

A reestruturação do território, coloca em discussão a análise global do Cerrado para a produção de *commodities*, que com base nas discussões, consolidam o agronegócio brasileiro nos parâmetros da globalização, para que o país se posicione de forma competitiva no mercado internacional.

Compreendemos que a dispersão espacial da produção agrícola para áreas periféricas da formação socioespacial brasileira verificada nas últimas décadas foi viabilizada pela difusão do meio técnico-científico-informacional. Em vários setores da agricultura e pecuária brasileira a hegemonia é das grandes multinacionais, essa expressão é reflexo das alianças realizadas no neoliberalismo entre a burguesia local, as empresas monopolistas mundiais e o Estado. Efetiva-se relações díspares e a perda de soberania, submetendo a seus desígnios proprietário de terras capitalista e camponeses.

Embora em formas de manchas e pontos, as novas densidades técnico-científicas criaram as condições materiais e imateriais para o surgimento e aprofundamento de uma especialização do global nas áreas de Cerrado. Não devemos olvidar que esse processo é desencadeado pela constante “necessidade” da burguesia brasileira em se desenvolver no seio da lógica do capitalismo monopolista globalizado.

Em síntese, a partir desse exercício de problematização, o BRICS é considerado e se coloca em alguns aspectos, como um expoente de uma nova ordem mundial contemporânea com gênese no Sul global, por sua vez, os questionamentos ao bloco deverá se direcionar se estes países com economias emergentes irão priorizar as boas práticas sociais e ambientais, ou será uma réplica dos comportamentos imperialista do Norte no Sul.

References

ABIEC. Mapa das Plantas. Disponível em <<http://www.abiec.com.br/MapaDasPlantas.aspx>>. Acessado em: 05 de out. de 2018.

ABIOVE. Brasil exportações do complexo de soja. 2017. Disponível em <http://www.abiove.org.br/site/_FILES/Portugues/10052017-171604-exp_201704.pdf>. Acessado em: 01 de out. de 2018.

ADM BRASIL. Unidades. Localidades. Disponível em <<https://www.adm.com/adm-worldwide/brazil-pr/neg%C3%B3cios/origina%C3%A7%C3%A3o>>. Acessado em: 05 de set. de 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema brasileiro de recuperação automática (SIDRA). Pesquisa da agropecuária Municipal. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>>. Acessado em: 20 de set. de 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema brasileiro de recuperação automática (SIDRA). Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>>. Acessado em: 20 de set. de 2018.

AMMAGI AGRO. Unidades. Disponível em <<https://www.amaggi.com.br/negocios/agro/>>. Acessado em: 25 de set. de 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. BRICS. Brasília. Disponível em <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/sobre-o-brics/dados-economicos>>. Acessado em: 29 de set. de 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. 2017. <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/IntercambioComercial2017_web.pdf> Acessado em: 29 de set. de 2018.

BRASIL. Comex Stat. BRICS. Brasília. Disponível em <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acessado em: 10 de out. de 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes / IBGE. - V.43 (2016-). - Rio de Janeiro. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2016_v43_br.pdf>. Acessado em: 20 de set. de 2018.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS, João Jr.. O desenvolvimento agrícola da região centro-oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. Caminhos de Geografia 2(12)29-49, Jun/2004.

CARGILL. Unidades. Localidades. Disponível em <https://www.cargill.com.br/pt_BR/localidades>. Acessado em: 01 de set. de 2018.

CASTILLO, Ricardo Abid, FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. Mercator. V.9, n.18, 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/330>>. Acesso em: 01 de nov. 2017.

CASTILLO, Ricardo Abid et al. Regiões do Agronegócio, Novas Relações Campo-Cidades e Reestruturação Urbana. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). V.12, n.18, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24490/1/2016_art_regi%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 01 de nov. 2017.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. A concept of agribusiness. Division of Research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - meio século de mudanças cíclicas (1965-2012). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

ELIAS, Denise. Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, Universidade de São Paulo. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. São Paulo. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/14.pdf>>. Acesso em: 01 de nov. 2017.

_____. Colóquio Internacional de Geocrítica, 12, 2012, Universidad Nacional de Colombia. Bogotá. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias.pdf>>. Acesso em: 01 de nov. 2017.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Vol. X, núm. 218 (03), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acessado em: 15 de out. de 2018.

GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo. Brasiliense. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

_____. O progresso técnico na agricultura. In: _____. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p.13-50.

KAGEYAMA, Angela (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. C., Gasques, J. G. & Villa Verde, C. M. (Orgs.). Agricultura e Políticas Públicas. Brasília, Ipea (Serie Ipea,127), 1990, p. 113-223.

LDCL. Unidades. Disponível em < <http://www.ldc.com/br/pr/sobre-nos/unidades-2/>>. Acessado em: 01 de set. de 2018.

LIMA, Ronei Coelho. O uso corporativo do território pelo agronegócio e a questão da logística de transportes em mato grosso. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2015

MATOS, Patricia Francisca. As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano. 374f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, 2011.

MATOS, Patricia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. Geo UERJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, 2011, p. 290 - 322.

MORENO, Gislaine; HIGA, Tereza Cristina Souza (Orgs.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

NOVACANA. UsinasBrasil. Disponível em <https://www.novacana.com/usinas_brasil>. Acessado em: 05 de out. de 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. Geosp - Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In:_____. Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007, p. 18-52.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; Silveira, María Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

VASCONCELOS, André; Helen, BURLEY. Trase. Gigantes da soja sofrem punições por atividades ilegais. Disponível em <<https://medium.com/trase/gigantes-da-soja-sofrem-puni%C3%A7%C3%B5es-por-atividades-ilegais-2f76d72441dc>>. Acessado em: 25 de set. de 2018.

VEIGA, J. P. C.; RODRIGUES. Certificação social e ambiental: arranjos institucionais e impactos sobre as commodities brasileiras. Breves, Rio de Janeiro - RJ, p. 01 - 30, 01 ago. 2010.

WERLEN GONÇALVES RAASCH

werlen_raasch@hotmail.com

GRADUADO EM GEOGRAFIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - CÂMPUS RONDONÓPOLIS. CURSANDO MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL; LINHA DE PESQUISA EM PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, RURAL E REGIONAL. ATUOU COMO BOLSISTA NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC) DE 2015 A 2018. PARTICIPA COMO MEMBRO NOS GRUPOS DE PESQUISA CNPQ - GOVERNANÇA, AGRONEGÓCIO E REDES DE PRODUÇÃO GLOBAL - GOVERNAGRO; PLANEJAMENTO, AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PLANEA.

MARCIA CAROLINA SILVA

marciatdr@gmail.com

GRADUADA EM GEOGRAFIA, LICENCIATURA, PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (IG/UFU), MESTRE EM GEOGRAFIA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, REGIONAL CATALÃO (UFG/RC), ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. ATUALMENTE É DOUTORANDA PELO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (PÓSGEA-UNB). TEM EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE GEOGRAFIA, COM ÊNFASE NA QUESTÃO AGRÁRIA, ATUANDO PRINCIPALMENTE NOS SEGUINTE TEMAS: COMUNIDADES TRADICIONAIS, CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS E MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL. ATUALMENTE É MEMBRO NO GRUPOS DE PESQUISA CNPQ - GOVERNANÇA, AGRONEGÓCIO E REDES DE PRODUÇÃO GLOBAL - GOVERNAGRO.

